As novas regras do jogo

Quais as conseqüências da adoção da Portaria nº 64? De forma extremamente simplificada, essa foi a questão formulada por Agroanalysis *às pessoas que a seguir expressam suas posições a respeito do assunto. Apresentando aos leitores os vários argumentos sobre esse importante tema, sob os aspectos econômico, social e ambiental, esperamos contribuir para a escolha do caminho a ser adotado pelo país com relação ao maior programa para combustível alternativo já levado à prática no mundo inteiro.*

OPINIÃO

DESCARTANDO UMA ALTERNATIVA

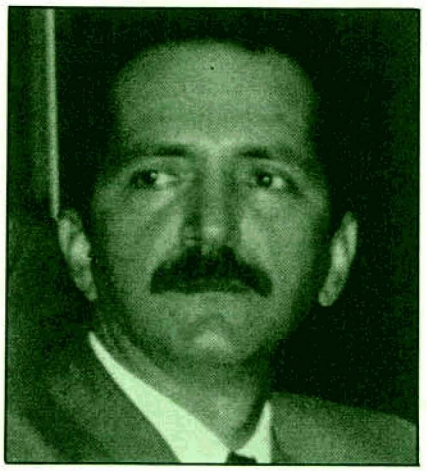
ALDO REBELO

Em função da Portaria nº 64 do Ministério da Fazenda, que determina a liberação dos preços da cana-de-açúcar e do álcool a partir de janeiro de 1997, a discussão em torno da eliminação do subsídio do álcool carburante voltou às páginas dos jornais.

O principal argumento utilizado contra a manutenção do subsídio é o de que enquanto um barril de petróleo no mercado internacional custa US$18, um barril de álcool produzido no Brasil sai por US$50. A Petrobras compra álcool das usinas por esse valor e o revende por US$18. A diferença — mais de US$100 milhões por mês —, a empresa custeia.

Visto apenas pelo lado frio dos números, de fato o programa do álcool é economicamente inviável. Entretanto, a discussão sobre produção e uso do álcool como combustível deveria partir de uma visão estratégica do problema para daí derivar uma contrapartida normativa e regulatória, calcada não apenas em critérios míopes e estáticos de eficiência — baseados em preços relativos —, mas também em outros critérios de eficiência, dinâmicos e de longo prazo.

É necessário considerar que, nos marcos atuais da economia mundial, o uso do álcool como fonte alternativa de energia se apresenta como solução estratégica sob diversos pontos. O petróleo está em fase de extinção e, mantendo-se os atuais índices de demanda, as reservas de extração



econômica serão consumidas nos próximos 50 anos. À medida que os combustíveis fósseis se tornem mais escassos, seus preços subirão e com eles aumentarão os esforços na busca de fontes alternativas de energia. Quem dominar a tecnologia de uma fonte energética limpa e renovável desfrutará de vantagem absoluta de valor estratégico. A consciência ecológica, cada vez mais arraigada, e os níveis atuais de poluição nos grandes centros urbanos exigem um controle cada vez mais rigoroso da emissão de CO_2. Finalmente, o desemprego estrutural exige que se encontrem alternativas de trabalho para milhões de pessoas.

Sob todos esses critérios, o álcool se apresenta como solução: é uma fonte limpa e renovável de energia e oferece oportunidade de empregos. O Brasil, com liderança tecnológica mundial no setor, disponibilidade de terras e a maior área tropical do planeta, tem todas as condições para sair na frente e desfrutar as vantagens de um inovador.

Pôr termo ao subsídio do álcool a partir de janeiro de 1997 sem oferecer uma solução alternativa para a continuidade do Proálcool é um grave erro que o governo irá cometer. Não tem lógica permitir o desaparecimento de um setor inteiro, que responde por cerca de 1,3 milhão de empregos, 2% do PIB nacional e pelo abastecimento de 1/3 da frota nacional de veículos, além de ter permitido ao país economizar cerca de US$27 bilhões em importação de petróleo nos últimos 20 anos.

Por outro lado, o atual esquema de subsídio não se sustenta. O Proálcool é um programa do governo e deveria ser equacionado nesses termos. Jogar a conta álcool nas costas da Petrobras para depois acusá-la de ineficiente não é bom para o Proálcool e muito menos para a empresa. A crescente mecanização das colheitas com ameaça de desemprego em massa é outra questão que precisa ser equacionada, pois afinal de contas recursos públicos não devem ser usados para gerar desemprego.

Não podemos, portanto, como diz o provérbio, "jogar a criança fora junto com a água do banho". Se a

atual estrutura de subsídio não é sustentável, abandonar um programa que deu certo, que tem futuro e um grande valor estratégico para o país também não é cabível.

Aldo Rebelo é jornalista e deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

EM BUSCA DA OTIMIZAÇÃO

ALFRED SZWARC

OPINIÃO

A liberação dos preços do álcool, a partir de janeiro de 1997, ocorrerá num cenário de mercado imperfeitamente competitivo. Como se sabe, em tais circunstâncias os preços de mercado não refletem os "custos de oportunidade", ou seja, não se considera o "ótimo social" para expressar o melhor uso do recurso sob análise.

Embora não seja um exercício trivial a contabilização do "ótimo social", é preciso reconhecer que o uso do álcool, como aditivo da gasolina ou como combustível, trouxe evidentes benefícios de caráter ambiental e, portanto, social. Se devido a seu menor potencial poluidor o uso do álcool minimizou impactos negativos na saúde e bem-estar, relativamente a seus concorrentes de origem fóssil, a esses benefícios deve ser atribuído um valor econômico. Considerando também tratar-se de um combustível de fonte renovável, que pode contribuir para a extensão da longevidade dos recursos energéticos exauríveis, há que se lhe atribuir um "valor de sustentabilidade energética". Além disso, é preciso reconhecer as economias resultantes dos "investimentos industriais evitados" que seriam necessários para dar a mesma qualidade do álcool, em termos ambientais, aos produtos concorrentes. O mesmo raciocínio se aplica em termos de aporte tecnológico em relação aos veículos automotores para o controle da emissão de poluentes, visto que o catalisador dos gases de escapamento dos veículos a álcool, por exemplo, é mais barato que seu similar para veículos a gasolina.

Quanto à questão da liberação de preços, resta saber em que base esta se dará. Caso a opção seja regida pela armadilha da globalização e pelos conceitos da velha contabilidade tecnocrática, será muito difícil a sustentação do álcool como alternativa energética e opção tecnológica. Por outro lado, caso prevaleça a noção de que recursos de propriedade comum, como o ar, têm alguma importância para o homem e seus descendentes, e que dentre as certezas relacionadas com o efeito estufa a melhor é a de que ele deve ser contido, então caberá à sociedade, incluindo-se aí o governo, contribuir para o uso de uma fonte de energia renovável, limpa e brasileira.

Alfred Szwarc é mestre em Controle da Poluição Ambiental e diretor de Recursos Hídricos e Engenharia Ambiental da Cetesb.

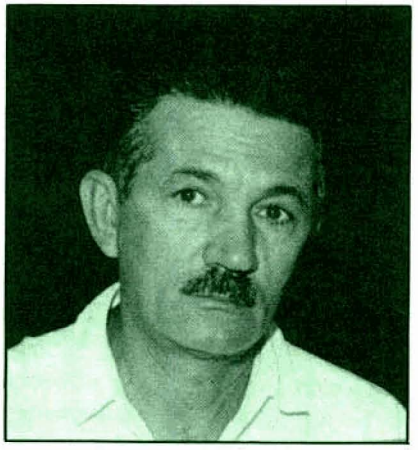
A DIFÍCIL SOBREVIVÊNCIA

ANTÔNIO CELSO CAVALCANTI DE ANDRADE

OPINIÃO

A sobrevivência do setor sucroalcooleiro precisará de medidas prévias que garantam efetivamente a venda da produção de cana dos fornecedores por um preço justo, além da participação do governo nas negociações entre usinas e fornecedores, identificando mecanismo para garantir participação percentual no valor dos produtos finais, açúcar e álcool, que corresponda ao preço da tonelada de cana.

É importante determinar a quem competirá fiscalizar a observação pelas usinas do recebimento da cana de fornecedores (cota de fornecimento), evitando que aquelas se restrinjam às canas próprias, deixando



os fornecedores sem alternativas para a entrega de seu produto.

A fiscalização deve estender-se também às análises do teor de sacarose nas canas de fornecedores, que não podem ficar à mercê das usinas.

Da mesma forma, quem fará a fiscalização do preço do álcool, chamando atenção para o fato de que o menor custo de produção no Centro-Sul, particularmente em São Paulo, por sua topografia e qualidade de solo quando comparado ao Nordeste e outras regiões do país, fatalmente criará dificuldades de competição e viabilidade econômica entre os produtores.

Se não houver uma fórmula de equalização dos preços nas diversas re-